

A DIVERSIDADE CULTURAL E O SESC: ABORDAGENS E PERSPECTIVAS

Plínio Rattes¹

Maria da Conceição Silva²

Carolina Moura³

Resumo: O presente texto contextualiza o surgimento do Serviço Social do Comércio (SESC), na década de 1940, e aborda a trajetória institucional da cultura na entidade. O trabalho busca também compreender em que medida a ideia de diversidade cultural, descrita como um princípio na Política Cultural da instituição, se efetiva ou está contemplada nos seus projetos e ações culturais de abrangência nacional realizados pela empresa.

Palavras-chave: Diversidade cultural, Política cultural, Sesc.

O Serviço Social do Comércio (Sesc) é uma instituição septuagenária que possui uma destacada atuação no campo da cultura e está presente em todos os Estados brasileiros, em cidades interioranas e capitais. Criado em 1946, um ano após a mais letal das guerras do século XX, o Sesc nasceu no bojo de intensas transformações sociais, políticas, econômicas e culturais no país e no mundo.

Os anos 1940 iniciou com o mundo em guerra, que findaria apenas na metade da década, em 1945, deixando como legado um novo mapa geopolítico e o estabelecimento de uma nova ordem mundial. Os Estados Unidos da América consolidavam-se como a principal potência global, impondo-se por meio do seu poderio bélico, mas não apenas. A exportação e disseminação do que viria a ser conhecido como *american way of life*, contribuiu para conformar o imaginário coletivo em diversos países configurando-se como importante instrumento de dominação *soft power*. E o principal veículo utilizado pelos americanos para difundir seus símbolos e modos de vida foi a produção cultural, com papel fundamental do cinema. A poderosa indústria cinematográfica de Hollywood, que substituiu a França como a maior produtora e exportadora de filmes no mundo, tornou-se elemento emblemático da globalização e da pressão uniformizante e massificadora que este fenômeno provoca sobre as diferentes culturas no mundo.

¹ Doutorando e Mestre em Cultura e Sociedade (IHAC/UFBA), pesquisador do Observatório da Diversidade Cultural e analista de cultura do Sesc Bahia. E-mail: pliniorattes@gmail.com.

² Bibliotecária, Mestra em Ciência da Informação (ICI/UFBA) e analista de cultura do Sesc Bahia. E-mail: mcsleitura@gmail.com

³ Produtora Cultural, Pós-Graduanda em Arte Educação pelo Senac SP e analista de cultura do Sesc Bahia. E-mail: carolinagalm@gmail.com.

Desse cenário pós-conflito surge também a Organização das Nações Unidas (ONU), criada em 1945 para promover a cooperação internacional e impedir que o mundo vivesse novamente um conflito semelhante ao da segunda grande guerra. Nesse ínterim, é adotada e proclamada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, com o objetivo de estabelecer

(..) um ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, (...) por meio do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Países-Membros quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição (ONU, 1948)

No Brasil, a década de 1940 inicia com a continuidade do Estado Novo, período autoritário, com expressiva intervenção do Estado no campo cultural, sob um aspecto fortemente dirigista. A busca pela formação de uma unidade e identidade nacional era necessária ao regime, que tinha o intuito de criar uma maior coesão social. Houve um empenho em desenvolver uma indústria cultural, fosse através do fortalecimento do rádio como elemento unificador do País ou da indicação do samba como o representante da nossa brasilidade na música (RUBIM, 2007; CALABRE, 2009).

É desse período também que se observa um aumento nos investimentos no setor industrial e na urbanização das cidades, tanto com recursos oriundos da iniciativa privada como do setor público. Houve considerável avanço nas áreas de transportes, com abertura de ferrovias e rodovias, e energia, evidenciado pela criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).

A incipiente indústria nacional para consolidar-se no país necessitava, no entanto, de mão de obra qualificada. É nesse contexto que surge no Brasil as primeiras instituições que viriam a conformar o que chamamos hoje de Sistema S⁴, são elas: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), criada em 1946, por meio do Decreto-Lei Nº 4.048/1942; Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), de 1946, instituído pelo Decreto-Lei Nº 8.621/1946; Serviço Social da Indústria (Sesi), também de 1946, Decreto-Lei Nº 9.403/1946; e Serviço Social do Comércio (Sesc), igualmente de 1946, criado por meio do Decreto-Lei Nº 9.403/1946. As demais instituições foram criadas

⁴ Informações obtidas no site oficial da Confederação Nacional do Comércio: <https://www.portaldocomercio.org.br/>

apenas na década de 1990, após a redemocratização do país, são elas: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), de 1990, Decreto Nº 99.570/1990; Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), 1991, Lei Nº 8.315/1991; Serviço Social do Transporte (Sest), 1993, Lei Nº 8.706/1993; Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Sest), 1993, Lei Nº 8.706/1993; e por fim o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), 2001, criado por Medida Provisória Nº 2.168-40/2001.

Parte dessas instituições foi criada com o objetivo de promover o treinamento profissional em seus segmentos de atuação econômica (indústria, comércio, transporte, agronegócio e cooperativismo), além de realizar pesquisa e prestar consultoria e assistência técnica, enquanto outras foram criadas com o intuito de oferecer ações de bem-estar social, a partir de atividades culturais, lazer, saúde e educação para seus associados ou para a população em geral.

As instituições do Sistema S são entidades de direito privado, com interesse público e sem fins lucrativos, mantidas com recursos oriundos de contribuições compulsórias das empresas – a partir de alíquotas recolhidas na folha de pagamento. São consideradas, portanto, como paraestatais, uma vez que não fazem parte da administração pública, mas colaboram com seus objetivos e recebem contribuições obrigatórias. O recolhimento desses tributos é realizado pelo governo que faz os devidos repasses para as confederações⁵ às quais cada instituição é vinculada, o que impõe que estas instituições se sujeitem às normas que incidem sobre a administração pública.

O Serviço Social do Comércio e a Cultura

O Serviço Social do Comércio (Sesc) é uma das instituições que compõem o Sistema e que possui maior capilaridade nacional e uma significativa atuação no campo social, sobretudo, na área da cultura. Conforme documentos referenciais da entidade, o objetivo do Sesc é proporcionar bem-estar e qualidade de vida aos trabalhadores do comércio de bens, serviços e turismo, por meio de ações que integram os Programas

⁵ Cada instituição do Sistema S está ligada às suas respectivas confederações. Estas, por sua vez, são compostas por federações, formadas por sindicatos patronais. O Sesc, por exemplo, é vinculado à Confederação Nacional do Comércio. A exceção é o Sebrae, ligado a empresas de determinado porte (micro e pequenas) e que, por isso, não é vinculado a nenhuma confederação. Fonte: <https://www.portaldocomercio.org.br/>

Educação, Saúde, Cultura, Lazer e Assistência. A instituição, no entanto, atua para toda a sociedade, com o oferecimento de ações abertas ao público em geral.

Segundo informações do site oficial da instituição, são mais de 580 unidades fixas, 213 escolas, 2.718 espaços de lazer, 367 bibliotecas e salas de leitura, 246 clínicas odontológicas e 151 unidades móveis de cultura, distribuídas nas cinco regiões do país, em cidades de pequeno, médio e grande porte, que contam com uma equipe de quase 36 mil funcionários.

No campo da cultura, a atuação do Sesc se institucionalizou paralelamente às diversas discussões promovidas em âmbito internacional e nacional em torno das políticas públicas de cultura. Em um documento datado de novembro de 1951, produzido a partir da I Convenção de Técnicos, realizada na cidade paulista de Bertioga, a instituição já declarava a importância de uma atuação sistemática e de longo prazo nessa área.

[...] a prática sistemática do serviço social de casos e o desenvolvimento do serviço social de grupo, recomendando ainda preferência para a criação e desenvolvimento de obras recreativas, associativas e culturais, que admitissem planejamento a longo prazo (SESC, 1951, p.1, apud SESC, 2015, p. 16).

Ao longo das décadas seguintes as ações desse campo foram se conformando dentro da instituição. Nos anos 1970, o Programa Cultura foi regulamentado e era tratado como um “conjunto de ações destinadas ao aprimoramento cultural da clientela” (SESC, 1975, p.2 apud SESC, 2015, p. 16). O que denota que o entendimento institucional da época em torno do termo cultura, acompanhando a hegemonia vigente, considerava a existência de uma baixa e uma alta cultura, produzidas por classes sociais diferentes e que se opunham e, portanto, a necessidade de “aprimorar” a “cultura menor”, justamente da classe trabalhadora.

Na década de 1980, os documentos referenciais da instituição registravam o Programa Cultura como “o conjunto de ações voltadas à preservação e disseminação do conhecimento presente no patrimônio social, cultivo do desenvolvimento da aptidão física e esportiva, bem como estímulo a práticas recreativas e informais” (1982, p.12 apud SESC, 2015, p. 17). Naquele tempo, o Programa era dividido em dois subprogramas: 1. Educação Física e 2. Difusão Cultural. Este segundo era composto pelas Atividades Biblioteca, Comemorações, Recreação, Recreação Infantil, Expressões

Artísticas e Desenvolvimento Artístico-cultural. Nota-se, portanto, um avanço na ideia de cultura, na qual passa a abarcar uma variedade de ações do campo social, entendendo a cultura de maneira transversal.

São também dos anos 1980 os primeiros projetos de caráter nacional, são eles: ArteSesc, de Artes Plásticas, como eram denominadas as artes visuais, e as Feiras de Livros infantis, desenvolvidas pela Atividade Biblioteca.

Nesse período, a partir de 1985, o país tem pela primeira vez um Ministério da Cultura autônomo, visto que desde a década de 1950 a pasta dividia espaço com a Educação no Ministério da Educação e Cultura (MEC), que permaneceu com a sigla, mesmo com a divisão.

Essa foi uma época de grandes mudanças políticas, econômicas e sociais advindas da redemocratização do país e que teve início um processo de consolidação da gestão cultural enquanto campo profissional. A implementação da primeira lei federal de incentivo fiscal para o fomento do setor ficou marcada como símbolo da transformação que se iniciava na área da cultura. Nomeada como Lei Sarney, a referida legislação assinalou um momento inaugural, no qual o governo passou a incentivar a aproximação entre artistas, bens e/ou produtos culturais, produtores e instituições privadas, através da renúncia fiscal.

Embora hoje amplamente questionada, a Lei Rouanet, que viria a substituir a Lei Sarney em 1991, mas mantendo a mesma lógica, foi fundamental, uma vez que possibilitou novos contornos ao financiamento da cultura no País e assimilou a participação de outros atores no cenário cultural (SILVA, 2008). Esse reordenamento do funcionamento do setor, especialmente quando tratamos da cultura enquanto arte, iria influenciar diretamente a produção artística e, conseqüentemente, a própria atuação do setor privado diante das iniciativas culturais (CUNHA, 2007). Segundo Liliana Sousa e Silva, esse período é marcado pela “reestruturação do mercado cultural e a cultura passa a ser utilizada como moeda de valor simbólico para as empresas” (2008, p.1).

Houve, portanto, o surgimento crescente de instituições culturais, tanto públicas quanto privadas. A multiplicação de projetos, instituições, espaços e equipamentos alterou radicalmente o modo de atuação dos agentes envolvidos no campo cultural, tanto em relação aos procedimentos para captação de recursos quanto aos de gestão (AVELAR, 2008). O crescimento do mercado cultural nas décadas seguintes e a institucionalização e

organização da área nos âmbitos nacional e internacional passaram a exigir um número cada vez maior de profissionais capacitados e especializados a trabalhar no novo campo que se apresentava, o da gestão cultural.

A institucionalização da Diversidade Cultural no Sesc

Diante desse panorama, se observa no Sesc, na década de 1990 um processo de estruturação e fortalecimento do Programa Cultura, por meio de projetos de incentivo à constituição de equipes especializadas e realização de capacitações técnicas aos profissionais (SESC, 2015, p. 19). Nesse período surgem também os projetos nacionais Palco Giratório, de Artes Cênicas e Sonora Brasil, na área de Música, criados em 1998.

Nos anos 1990, o Programa Cultura caminhou no sentido de buscar uma especialização das ações, tanto no campo das artes quanto nos campos da recreação, do esporte e do lazer, o que levou a uma compreensão institucional, a partir de 2004, de que as atividades referentes a essas quatro áreas deveriam ser alocadas em duas gerências distintas. Assim, a Portaria 490/2004, considera Atividades do Programa Cultura — Biblioteca, Apresentações Artísticas e Desenvolvimento Artístico-cultural, convencionando-se chamar “cultura” o que, na prática, representa o trabalho de formação, acesso e difusão da informação e da arte desenvolvido pela instituição (SESC, 2015, p. 19)

Na virada do milênio emerge, em escala global, discussões que aproximam a cultura aos movimentos sociais e a busca por direitos, como a garantia de participação na vida cultural da comunidade e a liberdade em expressar, promover e proteger a diversidade que lhe é própria. A partir de organismos multinacionais, consolidam-se na agenda internacional discussões em torno da cultura e sua relação com temas como direitos humanos, diversidade, desenvolvimento, sustentabilidade e democracia participativa.

Simboliza esse movimento a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, adotada em 2005, no âmbito da UNESCO, na qual o Brasil teve uma participação protagonista, juntamente à França e Canadá. Composta por 35 Artigos, o documento concedeu à cultura status de “exceção”, liberando as diversas “expressões culturais” das regras que regem o comércio internacional e autorizando os Estados a desenvolverem políticas públicas de proteção aos seus produtos culturais. Nesse contexto, o documento se refere à Diversidade Cultural como a

multiplicidade de formas pelas quais as culturas dos grupos e sociedades encontram sua expressão. Tais expressões são transmitidas entre e dentro dos grupos e sociedades. A diversidade cultural se manifesta não apenas nas variadas formas pelas quais se expressa, se enriquece e se transmite o patrimônio cultural da humanidade mediante a variedade das expressões culturais, mas também através dos diversos modos de criação, produção, difusão, distribuição e fruição das expressões culturais, quaisquer que sejam os meios e tecnologias empregados (UNESCO, 2005, p. 4).

No Brasil, entre 2003 e 2008, o Ministério da Cultura, tendo à frente Gilberto Gil, alargava o entendimento de cultura para além da esfera das artes e do patrimônio, e passou a pensar e planejar suas políticas públicas tendo como horizonte uma compreensão antropológica do termo. E não apenas isso – na perspectiva de potencializar o caráter transversal que é inerente à cultura, o Ministério realocou a discussão em torno das políticas públicas de cultura em outro patamar dentro do governo e da sociedade.

Tenho para mim que a política cultural deve permear todo o Governo, como uma espécie de argamassa de nosso novo projeto nacional. Desse modo, teremos de atuar transversalmente, em sintonia e em sincronia com os demais ministérios. Algumas dessas parcerias se desenham de forma quase automática, imediata, em casos como os dos ministérios da Educação, do Turismo, do Meio Ambiente, do Trabalho, dos Esportes, da Integração Nacional. Mas nem todos se lembram logo de uma parceria lógica e natural, no contexto que estamos vivendo e em função do projeto que temos em mãos: a parceria com o Ministério das Relações Exteriores. (GIL, 2003, s.p.)

Observa-se que, em consonância às intensas discussões promovidas no campo da cultura, o Sesc, desde os anos 2000, adota uma concepção de cultura, que

não tem em vista uma preservação estanque do patrimônio artístico e cultural brasileiro. Interessa proporcionar à clientela do Sesc, e à sociedade de um modo geral, novos olhares e novas atitudes com relação à própria história e no que respeita à construção do futuro. Considerando esse contexto, seu trabalho se desenvolve no sentido de refletir o modo como a cultura se forma e se manifesta nas práticas dos seus sujeitos (SESC, 2015, p. 20)

Muito embora esse entendimento mais alargado do termo cultura, em 2015, a instituição elabora nova alteração nas Atividades que compõem o Programa, restringindo-o à Biblioteca e às linguagens artísticas (Artes Cênicas, Literatura, Música, Audiovisual e

Artes Visuais). Depois acrescidas as Atividades Patrimônio Cultural e Arte Educação, ainda em conformação quanto à regulamentação institucional.

A justificativa pelo restringimento é apenas uma “convenção institucional” (Sesc, 2015, p. 20).

Intitular o Programa como “Cultura” aponta para uma compreensão de que as manifestações culturais, assim como o conhecimento salvaguardado, disponibilizado e dinamizado pelas bibliotecas, constituem bens simbólicos, que exprimem a cultura em que são produzidos e são os principais conteúdos da ação do Sesc. Isso não significa desconsiderar outros aspectos da vida como sendo culturais; trata-se apenas de uma convenção institucional. É importante salientar que a arte é um domínio de ação com limites imprecisos e permeáveis, historicamente mutáveis. O Programa Cultura deve estar constantemente atento à manutenção e transformação das formas de expressão dos diversos segmentos da sociedade (SESC, 2015, p. 20)

Em 2015, o Sesc publicou sua Política Cultural, documento basilar para as ações de cultura da instituição e que é composta por dois princípios: 1. Direitos culturais e 2. Diversidade cultural. O documento, elaborado por uma comissão de técnicos da área de cultura de diversos Estados, compreende a diversidade como uma “característica essencial da humanidade e precisa ser compreendida e valorizada, e o direito à participação na vida cultural ser garantido” (Sesc, 2015, p. 24). Em consonância com os entendimentos da Unesco, o documento ainda afirma que

É por meio da cultura que os grupos se expressam, se identificam, se diferenciam e se afirmam; assim a diversidade cultural compreende os variados modos de criação, realização, difusão e fruição dessas expressões, e valorizá-la significa reconhecer as diferenças, conferindo-lhes igual dignidade. Entende-se que todas as formas de manifestação cultural têm sua importância. Para tanto, é fundamental entender que todo ser humano tem o direito de criar suas próprias expressões culturais e ter acesso às suas diversas manifestações, ao conhecimento de seus códigos, às estruturas simbólicas e às técnicas nelas empregadas (Sesc, 2015, p. 24)

Mas como se efetiva esse discurso na prática? Como o Sesc, do ponto de vista nacional, promove e protege a diversidade cultural? Como ela está posta nos projetos e ações culturais da instituição? Quais os avanços e os desafios enfrentados nos últimos anos?

A efetividade da diversidade cultural no Sesc

As informações e reflexões apresentadas neste tópico são oriundas das vivências e experiências dos autores como analistas de cultura do Sesc Bahia, bem como de entrevistas informais com analistas e assessores de cultura do Departamento Nacional do Sesc⁶, que foram convidados a responder por e-mail a quatro perguntas: 1. Como avalia a atuação do Sesc, do ponto de vista nacional, em relação à promoção da diversidade cultural, considerando que este é um dos princípios da Política Cultural da instituição? 2. Como avalia a efetividade da Política Cultural do Sesc, em especial do princípio Diversidade Cultural, no que diz respeito aos projetos/ações que você conduz de abrangência nacional? 3. Quais os avanços do Sesc nos últimos anos no que se refere à promoção da diversidade? 4. Quais os desafios do Sesc no que se refere à promoção da diversidade cultural?

As administrações do Sesc em cada Estado são autônomas e independentes entre si. Seguem, no entanto, as diretrizes institucionais do Departamento Nacional (DN), localizado no Rio de Janeiro, ligado diretamente à Confederação Nacional do Comércio. No DN, a Diretoria de Programas Sociais (DPS) é responsável pelas orientações basilares para a execução de ações dos cinco Programas finalísticos da instituição (Cultura, Saúde, Educação, Lazer e Assistência) e que devem ser seguidas pelos Estados. É a partir desse Departamento que projetos de amplitude nacional são desenvolvidos e, de forma compartilhada, realizados por todos os Sesc do país. Na prática, a possibilidade de avanços quanto à promoção da diversidade cultural em seu sentido mais amplo, ocorre através desses Programas.

No que diz respeito especificamente ao Programa Cultura, uma série de projetos são elaborados por meio de redes compostas pelas equipes técnicas responsáveis pelas programações das Unidades do Sesc de todos os Estados e muitos desses projetos são pautados com o objetivo de promover a diversidade cultural e o direito à cultura, conforme preconizado pela política cultural da instituição. Abaixo a relação dos principais projetos culturais de âmbito nacional da instituição.

PROJETOS DE ÂMBITO NACIONAL DO PROGRAMA CULTURA DO SESC		
ATIVIDADE	PROJETO	DESCRIÇÃO

⁶ Forneceram entrevista informal aos autores, por e-mail e whatsapp, os seguintes profissionais do Departamento Nacional do Sesc: Mariana Pimentel (Artes Cênicas), Gilberto Figueiredo (Música), Elisabete Veras (Biblioteca) e Joselino Pessoa (Artes Visuais).

Artes Cênicas	Palco Giratório	Circulação nacional de espetáculos de teatro, circo e dança, além de atividades formativas como debates e oficinas.
	Sesc Dramaturgias	Realização de oficinas de dramaturgias da atuação, do circo, da dança, escrita e leituras dramatizadas, por profissionais da área e de diferentes Estados.
Audiovisual	Mostra Sesc de Cinema	Seleção, premiação, exibição e licenciamento de filmes de todos os Estados do país, que estão fora do circuito comercial.
	CineSesc	Licenciamento de filmes para exibição em todas as Unidades do Sesc e instituições parceiras, de forma gratuita.
Artes Visuais	Arte Sesc	Circulação de exposições por diversos Estados do país, com conteúdo educativo.
Música	Sonora Brasil	Circulação nacional de concertos de música de tradição e contemporânea.
	Sesc Partituras	Biblioteca virtual de música composta por partituras digitais, obras transcritas através de programas de editoração musical. Realização de concertos a partir desse acervo.
Literatura	Arte da Palavra	Circulação de autores brasileiros por diferentes Estados, para realização de debates, apresentações literárias e oficinas.
Biblioteca	Rede Sesc de Bibliotecas	Rede que agrega uma série de ações integradas por todas as bibliotecas do Sesc.

Quando se trata de montar programações e curadorias de projetos de abrangência nacional, ter todos os Estados do país representados nas redes, pautando debates e participando ativamente, contribui em alguma medida para a garantia de diversidade de propostas e narrativas. No entanto, para isso, as equipes técnicas precisam estar comprometidas e devidamente preparadas para efetuar pesquisas e estarem atentas à produção cultural contemporânea e os temas emergentes na sociedade.

Por certo, não é tarefa fácil, diante a amplitude e riqueza cultural do país, que os projetos nacionais tenham representantes de todas as estéticas e vertentes. Porém, a capilaridade da instituição e a existência de diversos projetos locais, podem contribuir para o acolhimento daquilo que porventura não seja incluído nas ações de projeção nacional.

Além dos projetos listados no quadro acima, em 2020, devido a pandemia por Covid-19, o que impossibilitou a realização de muitos deles, foi criado um projeto novo multilinguagem, para veiculação on-line, chamado Sesc Cultura ConVida. Para os analistas de cultura do Departamento Nacional, este foi o exemplar mais real de um avanço da diversidade na programação do Sesc, vez que a seleção das 470 atrações foi feita mediante convocatória pública e seleção curatorial com participação ativa de técnicos de cultura de quase todos os Estados do país. Foram mais de 16.000 inscritos de todos os estados brasileiros e a curadoria buscou equalizar a seleção com base nas representações regionais, gênero, etnia e vulnerabilidade financeira.

Embora seja possível perceber o esforço em disponibilizar ao público uma programação diversa, sabemos que instituições estão inseridas em contextos sociais e que o próprio quadro de funcionários é formado por um retrato social que pode não representar necessariamente a diversidade do país. Segundo os analistas entrevistados, a ausência de negros e pessoas com deficiência, por exemplo, ainda é grande no corpo técnico, o que reflete diretamente na programação que ainda relega aos temas e estéticas ditas “subalternas” ou “periféricas” espaço apenas em projetos específicos, no lugar de centralizá-los em ações sistemáticas.

Nesse sentido, importante considerar o pensamento da curadora Diane Lima, que alerta que

“a prática curatorial em perspectiva decolonial, é aquela que leva em consideração nossas perspectivas de conhecimento, performando estes discursos no campo estético, mas também, instaurando uma ética nas estruturas institucionais” (informação verbal)⁷

Além da diversidade de programação, do corpo técnico e das estruturas institucionais, espera-se também, por óbvio, que haja uma diversidade de públicos nas ações da instituição. Embora tenha, por conta de sua composição jurídico-institucional, como clientela preferencial os trabalhadores do comércio de bens, serviços e turismo e seus dependentes, o Sesc atende toda a população. Não há estudos e pesquisas sistemáticas de amplitude nacional, porém, que identifiquem os públicos das ações

⁷ Fala da curadora Diane Lima no ciclo de debates do projeto Fluxos – Acervos do Atlântico Sul, realizado no dia 02 de setembro de 2019, pelo Goethe-Institut Salvador-Bahia.

culturais⁸. Desta forma, não é possível mensurar o alcance da programação do Sesc, quem consome, quais os públicos regulares e potenciais, se configurando como um desafio a ser enfrentado pela instituição.

Apesar dos desafios existem avanços significativos nos últimos anos, não com a agilidade necessária para acompanhar as urgências sociais, mas são perceptíveis, sobretudo, na institucionalização da cultura a partir da produção e publicação de uma série de documentos referenciais. A própria Política Cultural é um exemplo disso, assim como os módulos referenciais de cada Atividade que compõem o Programa Cultura.

O impacto da inclusão da diversidade cultural como elemento norteador das ações culturais é possível observar na Rede Sesc de Bibliotecas a qual compõe o programa Cultura. Nos últimos anos vem oferecendo ao público o acesso a acervos, contendo publicações, cujos autores são oriundos de diversas origens, etnias e localização geográfica. Recentemente, a coordenação nacional dessa Rede, instalada no DN, emitiu uma nota técnica orientando às equipes de todos os estados maior atenção à produção bibliográfica de indígenas, entendendo-se a necessidade dos leitores terem acesso às obras desses escritores na posição de protagonistas de suas histórias. A nota acompanhava sugestões de bibliografias, e estimulava a elaboração de novas pesquisas a fim de viabilizar a aquisição de livros desses escritores.

Ainda trabalhando com o exemplo da Rede de Bibliotecas, evidencia-se que a programação cultural, em especial a literária, vem buscando ampliar a contratação de escritores e artistas regionais, compreendendo-se a necessidade de valorizá-los difundindo suas obras, ampliando assim, a perspectiva da literatura para além dos cânones, da literatura norte americana, europeia e aquela originada no Sul e Sudeste do Brasil, onde se concentram a maior parte das editoras. Nesse quesito, a Rede tem parceria de trabalho com a área de Literatura. Desta parceria, destaca-se a realização do projeto Arte da Palavra - Rede Sesc de Leituras que cura escritores que atuam em todo o Brasil, priorizando-se aqueles que tiveram poucas oportunidades, levando-os a programações em regiões diferentes do país.

No campo das Artes Visuais, desde 2018, a discussão da rede vem sendo pautado nas questões raciais, principalmente no apagamento das contribuições de artistas visuais

⁸ Houve uma pesquisa dos públicos do projeto Palco Giratório, nos anos 2018 e 2019, realizada em alguns Estados, por iniciativa do Departamento Nacional, porém a pesquisa não chegou a ser publicada.

negros e negras na história da arte ensinada nas Universidade e da produção da arte indígena contemporânea. O aprofundamento das discussões que contam com aulas e consultorias de profissionais renomados⁹, tem buscado ampliar o olhar do corpo técnico da área e espera-se que isso possa reverberar na programação da linguagem em todo o país.

A inclusão da Atividade Arte Educação, que está em conformação dentro do referencial programático da instituição, mas que vem desenvolvendo trabalhos desde 2017, se propõe a avançar na promoção da diversidade cultural em âmbito nacional. A área também conta com uma rede de profissionais, com representação nacional, que em conjunto elaboraram e publicaram em abril de 2021 o Marco Referencial de Arte Educação do Sesc. O documento visa orientar as ações de Arte Educação na instituição

“Dialógico com a Política Cultural (2015), com as Diretrizes Gerais do Sesc (2010) e com documentos extra institucionais, o Marco Referencial Arte Educação é vinculado ao Programa Cultura e organiza as proposições de ações artístico-pedagógicas, indicando a necessidade de implementar ações afirmativas que contribuam para a reparação de condições desfavoráveis ao acesso de grupos da sociedade em situação de desigualdade e discriminação, promovendo inclusão e acessibilidade ao considerar especificidades e as mais diferentes oportunidades” (SESC, 2021, p. 6)

A publicação do documento se configura como mais um instrumento que busca assegurar a promoção e a proteção da diversidade cultural nas ações do Sesc. Paralelo à publicação do marco referencial, criou-se também mais um projeto nacional, o Identidade Brasilis, que tem como foco principal ações arte educativas protagonizadas por negros e indígenas, buscando dessa forma contribuir com as distorções e apagamentos causados pela estrutura colonial e racista estruturantes na sociedade.

Considerações finais

Considerando que no Sesc a elaboração e a execução de atividades, serviços, programações, bem como a criação de produtos se dão por meio dos programas Educação, Saúde, Cultura, Lazer e Assistência, na prática a possibilidade de avanços quanto à promoção da diversidade cultural em seu sentido mais amplo, ocorre

⁹ A exemplo de Rosana Paulino, Hélio Menezes, Denilson Baniwa e Sandra Benites.

através desses programas. O que exige que estejam devidamente integrados e transversalizados pelas estruturas institucionais e modelos de gestão empreendidos.

Apesar de terem no Departamento Nacional a centralização de documentos e políticas referenciais, a abrangência territorial da instituição implica a convivência com realidades bastante distintas em diversos aspectos: culturais, econômicos, geográficos, históricos, sociais, políticos, etc. Assim, o Sesc de cada Estado prioriza determinadas ações e frentes de trabalho, também de acordo com sua disponibilidade financeira e realidade local.

É oportuno lembrar que no Brasil, questões conceituais acerca do que é cultura, de suas manifestações e acesso foram construídas em parte, de forma distorcida. Essa construção possui raízes profundas, definiram base de pensamento e se entrelaçam a muitas áreas da sociedade brasileira. Cidadãos, organismos sociais, instituições absorveram tais conceitos e por anos os replicaram em suas práticas. Nesse sentido, reconhecido como uma instituição que promove a cultura, mas inserido nesse cenário, o Sesc certamente foi influenciado e tem frutos dessas distorções. Contudo, é notório que a entidade vem caminhando significativamente em discussões, construção de documentos referenciais e promoção de programação que refletem o atual entendimento institucional que aponta à necessidade de avançar na expansão de práticas que ampliem as perspectivas da diversidade cultural, embora se saiba que mudar exige transformações de dentro para fora, a exemplo de efetuar pesquisas que examinem e proponham ajustes na formação das equipes de cultura, vez que quanto maior for a diversidade, melhores serão os resultados.

Levando-se em conta a análise de documentos institucionais, das programações dos últimos anos e o breve levantamento de opinião de alguns profissionais que atuam no Programa em âmbito nacional, é possível constatar que na prática, o tema diversidade cultural vem sendo cada vez mais pautado em discussões de planejamento e pesquisas que buscam agregar o tema à base de trabalho da instituição. Para tanto, ações de qualificação profissional, tais como cursos vêm se ampliando e já se observa resultados desse esforço na programação.

Contudo, evidencia-se ainda a necessidade de se abrir várias frentes de discussões e trabalhos que ampliem a força e o alcance da diversidade especialmente quanto ao

público, ao corpo técnico, à construção de pontes internas entre a cultura e os demais Programas finalísticos, de forma transversal e dialógico.

Referências

AVELAR, Romulo. **O avesso da cena**: notas sobre produção e gestão cultural. 3.ed. Belo Horizonte: Ed. do Autor, 2013.

BARROS, JM. Diversidade e cidadania. In: **Políticas para as artes: prática e reflexão**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2012. 216p.

CALABRE, Lia. **Políticas culturais no Brasil**: dos anos 1930 ao século XXI. Rio de Janeiro: FGV, 2009. 144p. (Coleção FGV de Bolso. Série Sociedade & Cultura).

CUNHA, Maria Helena. Gestão cultural: desafios de um novo campo profissional. **Revista Observatório Itaú Cultural/OIC**, São Paulo, n. 2, p.72-79, mai/ago, 2007. Disponível em: < <http://d3nv1jy4u7zmsc.cloudfront.net/wp-content/uploads/itaucultural/pdf/000566.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2021.

GIL, Gilberto. **Discurso de posse do Ministro da Cultura Gilberto Gil**. Brasília: Ministério da Cultura. Brasília: DF, 3 de janeiro de 2003. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u44344.shtml>> Acesso em 19 abr. 2021.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 10 dez. 1948. Disponível em: <<https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/por.pdf>>. Acesso em: abr. 2021.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 13, p. 101-113, jun. 2007. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3996/399641239008.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2021.

SESC. DEPARTAMENTO NACIONAL. **Política cultural**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<https://www.sesc.com.br/downloads/politicacultural.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

SESC. DEPARTAMENTO NACIONAL. **Marco Referencial Arte Educação no Sesc**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <<https://bityli.com/XZpyj>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

SILVA, Liliana Sousa e. **Gestão cultural na e para a cidade**. 2008. In: Cultura e Mercado. Disponível em: <<http://www.culturaemercado.com.br/wp-content/uploads/2008/09/gestaoculturalnaeparaacidade.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2021.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais**. Paris, out. 2005. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000150224.pdf>>. Acesso em 21 abr. 2021.